



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN

DOIS CAMINHOS: CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS *TUPINAKYÍA* DA ALDEIA CAIEIRAS VELHA

**ROSA DE SOUZA PEREIRA
&
EVELANY PEREIRA**

Caieiras Velha / Aracruz - ES

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN

DOIS CAMINHOS: CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS **TUPINAKYÍA DA ALDEIA CAIEIRAS VELHA**

ROSA DE SOUZA PEREIRA
&
EVELANY PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Prolind como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientador: Prof. Dr. João Porto (João Luiz Simplício Porto)

Caieiras Velha / Aracruz – ES

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN

DOIS CAMINHOS: CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS
TUPINAKYÍA DA ALDEIA CAIEIRAS VELHA

ROSA DE SOUZA PEREIRA
&
EVELANY PEREIRA

Aprovado em: 14 de maio de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Porto (João Luiz Simplício Porto) - Orientador
DLCE – CE - Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Regina Godinho de Alcântara
DLCE – CE - Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Suzete Terezinha Orzechowski
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus que nos sustentou até aqui, nos capacitando e fortalecendo para concluir esse trabalho, aos nossos familiares que sempre nos incentivaram nessa trajetória.

Aos nossos colegas de curso que nos ajudaram direta ou indiretamente nesses anos de convivência.

Aos nossos professores, nossa coordenadora pedagógica Leidiane Pego e nossa Coordenadora de Curso a Profa. Celeste Ciccarone.

Em especial ao nosso orientador Prof. Dr. João Porto, que nos auxiliou e esteve presente sempre que necessitamos contribuindo com o desenvolvimento do nosso trabalho.

Muita gratidão as nossas queridas Tia Penha "Grande", Tia Penha "Pequena" e Tia Marilene.

E por último e não menos importante à banca que se disponibilizou a estar nos prestigiando, as professoras Suzete Orzechowski e Regina Alcântara.

A todas(os), a nossa eterna gratidão.

Dedico esse trabalho ao meu querido pai Manoel Pinto Tupinakyia (in memoriam).

Rosa de Souza Pereira

Dedico esse trabalho ao meu avô Miguel Tupinakyia (in memoriam), cujos ensinamentos foram essenciais na minha vida, a quem agradeço a base que me deu para me tornar a pessoa que sou hoje.

Evelany Pereira

Dedicamos também, esse trabalho, ao nosso querido Professor Vanildo Stieg (in memoriam), que fez parte desses caminhos e agora completa nossos novos outros caminhos.

*Com a ganância o homem branco, destruiu
nosso rio nossa mata, e querem nos destruir,
mas somos índios guerreiros e lutamos até o fim.*

Rosa de Souza Pereira, tupinakyã

RESUMO

O trabalho apresentado é uma reflexão, a partir das autobiografias das autoras como indígenas *tupinakyia*, com foco em seus percursos formativos até alcançarem a participação no Curso de formação de professores da Licenciatura Intercultural Indígena. A narrativa é priorizada como referência, ainda seguindo alguns autores não indígenas como Tomaz Tadeu Silva e Sacristán, mas com o foco numa interpretação do currículo indígena como um currículo vivido. Além das histórias de vida apresentam-se narrativas de professoras que passaram por sua formação.

Palavras-Chave: Educação Indígena. Currículo. Formação de Professores.

DOIS CAMINHOS: CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS TUPINAKYÍA DA ALDEIA CAIEIRAS VELHA

1. APRESENTAÇÃO

Vivemos na aldeia de Caieiras Velha, em Aracruz, Espírito Santo. Atualmente existe um grande movimento de recuperação da cultura *tupinakyîa* (tupiniquin, tupiniquim, tupinikin ou tupinkim). Estivemos aqui, como povo, desde antes dos invasores, por volta de 1500. Comumente somos marisqueiras e vivemos do rio e da floresta. Somos dadas às crenças, as danças e as rezas. Somos coletoras de aroeira. Somos exímias artesãs e, também fomos invadidas, muito mais recentemente, pela indústria e pela monocultura de eucalipto. A luta pela recuperação da nossa herança cultural, vai muito mais além do que a linguagem, mesmo essa sendo a principal característica de um povo. No nosso caso, nossa luta começa pela retomada da nossa terra, pela retomada dos nossos modos de ensinar e aprender. Não negamos culturas aprendidas dos brancos, está aí nossa escola com horários de entrada, de saída, de recreio, com um calendário cristão.

Iniciamos assim, nossa introdução, para que não esqueçamos que, mesmo num sistema escolar regido por não indígenas, depois de rever nossos percursos formativos e pela nossa vivência na Licenciatura Intercultural Indígena, deverá fazer parte das nossas lutas, uma escola com um currículo diferenciado e oficializado como política indígena, que atenda ao movimento de retomada do nosso povo.

Por isso apresentamos um trabalho que consta de uma teoria, infelizmente não indígena, sobre currículo que traz à tona outras visões que se conectam à nossa cultura das narrativas, da oralidade, das relações comunitárias, uma visão de que o currículo é um percurso, um caminho: no nosso caso – o dos indígenas – um currículo vivido.

Buscamos uma resposta para o que se ensina, para quem se ensina e como se ensina na educação indígena, trazemos uma descrição das nossas vivências como

mães e estudantes indígenas a partir dos ensinamentos que tivemos das professoras não indígenas, que participaram da nossa formação, pois quando se trata de causas indígenas é bem complexa devido todo o nosso contexto histórico de miscigenação.

1.2 PROBLEMA: O QUE SE ENSINA, PARA QUEM SE ENSINA E COMO SE ENSINA NA EDUCAÇÃO INDÍGENA?

Como mães de estudantes de escolas indígenas da educação básica, verificamos, em alguns momentos, que os próprios estudantes, alguns pais e membros da comunidade (aldeia) se questionam sobre um currículo ensinado, quando o mesmo tem o foco em questões culturais *tupinakyîa*. Não é incomum as famílias confrontarem as escolas com perguntas sobre o que é ensinado, por exemplo: *“por que meu filho precisa ir ao mangue, numa aula de campo, se quando ele crescer ele não será um catador de caranguejo?”* A escola parece ser vista como local onde a aprendizagem conduzirá ao trabalho – geralmente numa perspectiva não indígena – e não ao mundo do trabalho, mesmo que a cultura, no nosso caso, *tupinakyîa*, em vários aspectos, principalmente dentro da escola, participe da formação do nosso povo para esse mundo do trabalho. Assim é importante entendermos que (BRASIL, 1998)

Todas as sociedades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais. Os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. (p. 21)

Devem ser discutidos, então, os vários modos de se ensinar na escola indígena, sempre atrelados à cultura do povo que apresenta esses modos, para que se valorize as concepções próprias do que se ensina, para quem e o que se ensina.

Ainda, as diretrizes curriculares para educação indígena do MEC informam (BRASIL,1998)

Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea. (p. 21)

Dessa maneira nos perguntamos: como a organização do currículo escolar, com seus conteúdos e metodologias, priorizando alguns saberes em detrimento de outros – como os saberes culturais dos povos originários, seus costumes e sua oralidade –, nos desvelam “como é e o que é ser” um licenciando, num Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, olhando para os nossos caminhos-percursos formativos *tupinakyia*?

1.3 JUSTIFICATIVA

A proposta desse trabalho é relevante para mostrar a importância de se manter viva e firme a tradição dos modos de se ensinar indígenas, bem como a cultura de um povo, por meio de um currículo próprio e específico para as escolas indígenas, que por sua vez vem perdendo o entendimento pela própria comunidade, da importância desses modos, mesmo que aprovando outros modos/curriculos de diversas culturas não-indígenas.

Porém, mesmo com toda essa ação sofrida, é possível sim dar continuidade ao legado cultural existente, que foi deixado pelos nossos ancestrais, que são nossos saberes, nossos costumes muitas vezes mediados pela oralidade, entre outros. Mas é necessário que haja um interesse coletivo em resistir, para existir na sociedade, e esse interesse é essencial que seja em conjunto, ou seja, entre a escola e comunidade, pois só mediante essa parceria poderá ser possível alcançar um currículo que abarque, também, os modos de se ensinar indígenas, mantendo a cultura vivificada.

1.4 OBJETIVO GERAL

Contribuir para que não se percam as questões culturais e os modos de se ensinar do povo *tupinakyã* nas práticas de ensino dentro das escolas indígenas e para que não haja desequilíbrio entre os saberes ensinados e nos percursos formativos de quem vai ensinar, fazendo com que um saber seja tido como “melhor” ou “pior” do que o outro, uma vez que é possível com que um se agregue ao outro.

1.4.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Descrever e analisar os caminhos-trajetórias de duas professoras em formação, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, sob a premissa do currículo pelo qual passaram na Educação Básica, valorizando suas narrativas como modos resistentes e inspiradores para constituição coletiva de um currículo diferenciado para as escolas indígenas.

2. METODOLOGIA

A abordagem metodológica principal nessa pesquisa é baseada nas questões **qualitativas**, com uma autoanálise das narrativas das autoras, bem como uma análise das narrativas levantadas a partir de entrevistas, tendo como instrumento conversas informais com profissionais de escolas indígenas e estudantes, também indígenas, bem como membros da Aldeia Caieiras Velha em Aracruz/ES.

A escolha dessa abordagem se deu porque, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70), a pesquisa qualitativa “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva.”

Ainda para os autores (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70) a pesquisa qualitativa

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Como objetivo metodológico para esse estudo, caminhamos pela vertente de uma pesquisa **descritiva**, pois segundo Gil (2010) é o momento que nós, como pesquisadoras, poderemos registrar e descrever tudo que nós observamos, mas que não interferimos diretamente. Também o procedimento será o de um **Estudo de Caso**, pois trouxemos à tona a memória dos nossos percursos formativos na Educação Básica, como *tupinakyia*, sendo uma parte autobiográfica, um objeto específico dentro de um fenômeno também específico que é o da formação como professoras (PRODANOV e FREITAS, 2013).

3. DOIS CAMINHOS: CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS TUPINAKYÍA DA ALDEIA CAIEIRAS VELHA

Conforme o Silva (2015), a escola precisa ser um instrumento de valorização de todos os saberes, mas, infelizmente, na prática, isso não acontece com a escola indígena, pois a mesma não é valorizada, nem mesmo, muitas vezes, pelos próprios aldeados. Existe uma discriminação dentro das próprias aldeias, onde os pais não acreditam na capacidade de ensinar dos professores indígenas.

O corpo docente das escolas indígenas, hoje, enfrenta uma situação difícil, ensinar um currículo culturalmente relevante onde os estudantes mantêm-se aprendendo a tradição do seu povo, enfrentando, com isso, conflitos com alguns pais por não aceitarem os conteúdos trabalhados na sala de aula, quando esses são voltados para as questões culturais. Esses pais acreditam que a sabedoria e o conhecimento estão na didática dos brancos e que, com os ensinamentos das escolas indígenas,

seus filhos não têm capacidade para concorrer a vagas em universidades e, até mesmo, no mercado de trabalho.

Discutir educação e currículo é assumir compromisso com o processo cultural e com a construção de identidades locais e nacionais. A antropologia compreende que os povos Indígenas não “perdem” traços culturais em contato com outras sociedades.

Talvez um dos maiores desafios, hoje, seja encontrar o equilíbrio entre o que é necessário para que as comunidades indígenas tenham o conhecimento da cultura não indígena, ao mesmo tempo em que se apropriam dos conhecimentos da cultura indígena, a fim de não recorrerem aos mesmos equívocos cometidos em outras décadas.

Portanto, a perspectiva adotada é que a escola indígena seja diferenciada em seus ensinamentos, respeitando os “processos próprios de aprendizagem” e o contexto sociocultural.

3.1 UM CURRÍCULO DIFERENCIADO NA PERSPECTIVA INDÍGENA

A escola indígena é diferenciada, mas temos um currículo comum, ou seja, igual ao das demais escolas-padrão do homem branco e, com isso, se vão embora os nossos costumes e saberes. Então, mediante essa situação, observa-se que é necessário que se tenha também um currículo diferenciado. Acontece que esse “tal currículo comum” vem nos acompanhando há anos e, nos parece como indígenas foi com o passar desses anos que modificamos, radicalmente a nossa forma de viver, de entender e aceitar que somos um povo, que não somos melhores ou piores que ninguém, apenas diferentes e que temos a capacidade de sobreviver nos dois mundos, ou seja podemos ser, por exemplo, médicos indígenas com os conhecimentos dos não indígenas, mas também com a nossa cultura e o nosso saber tradicional.

O currículo escolar é a base de todo processo educacional (SILVA, 2015) é ele que dá sentido a todo um aprendizado. Esse currículo está organizado para que os profissionais da educação sejam orientados por ele, pois assim podem conduzir os estudantes de vários níveis, mas é necessário que esse currículo esteja de comum acordo com o projeto político pedagógico, com a cultura e com outros documentos importantes das escolas indígenas.

Sabemos que existe o currículo formal, ou seja, ele é prescrito, existe também o currículo real, o que está em ação, trazendo para a escola a vivências dos estudantes e professores. Podemos também reconhecer que existe (SILVA, 2015) o currículo oculto, aquele implícito e, com essa variedade de definições, percebe-se que o currículo vive em eterna modificação, que não é algo que está engessado, ele está a todo momento se adaptando às mudanças da humanidade. É o currículo que faz essa ponte entre escola, cultura e sociedade. Segundo Sacristán (2013)

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro lado ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (p.10)

E partindo desse princípio é que vemos que ele, o currículo, tem a incumbência de ser inclusivo e que abranja uma educação diversificada e todas outras especificidades, uma vez que somos todos iguais em direitos e deveres e, ao mesmo tempo, diferentes. Essa ideia da diferença confere uma igualdade de valor a todas as pessoas, pois assim, com um currículo inclusivo e diferenciado fica mais adequado para que cada estudante acompanhe o ritmo da escola e consiga aprender o que é preciso em cada etapa de ensino, mas também é importante frisar que a escola tem a obrigação, também, de acompanhar o ritmo do aluno, ou seja é uma via de mão dupla para que se tenha um melhor resultado para ambos os lados.

Entretanto é uma dimensão bastante complexa se construir um currículo diferenciado, pois no caso da escola indígena esbarramos em vários problemas como por exemplo, a falta de material, que dificulta ainda mais essa construção, não se tem livros didáticos próprios diferenciados, então se usa o que se tem, ou seja, se usa o que o sistema educacional – de currículo branco - obriga de uma certa forma.

Ainda, nos baseando na fala de alguns indígenas, infelizmente, percebemos que há uma supervalorização do conhecimento dos brancos e uma desvalorização do conhecimento do seu próprio povo, da sua própria cultura. Não estamos aqui, desmerecendo o conhecimento dos brancos, uma vez que precisamos dele para interagir, afinal o mundo é completo de pessoas e culturas diferentes. Para Silva (2015, pp 135-136) "todas as formas de conhecimento são vistas como resultado dos aparatos – que fizeram com que fossem construídas como tal."

Assim, devemos valorizar e respeitar todo e qualquer tipo de povo e de cultura que difere da nossa, mas necessitamos valorizar mais enfaticamente a nossa cultura e nosso saber indígenas, para continuarmos existindo, pois desse modo, nossa cultura e tradição serão ensinadas para os mais jovens, que poderão se afirmar como indígenas. Mas quando batemos nesse obstáculo maior, que é a não aceitação e reconhecimento da nossa identidade por meio do currículo da escola indígena, é que nos deparamos com toda nossa cultura e modos de ensinar e aprender se perdendo dia após dia.

Para Secchi e Prates (2015)

[...] o currículo cultural indígena precisa abordar questões específicas na nossa cultura. A escola indígena precisa saber lidar com tamanha diversidade cultural na sala de aula e fora dela. Para tanto, deve respeitar e valorizar as características étnicas e culturais dessas populações; deve trabalhar com temas como conhecimento da história, língua, direitos e expectativas de cada povo; deve lutar contra o preconceito, a discriminação, a opressão e a intolerância e promover a solidariedade entre os povos. (p. 126)

Se não nos atentarmos para isso enquanto se tem tempo, chegaremos ao ponto em que não teremos mais nenhuma referência indígena nos currículos escolares, não teremos visibilização dos saberes desses povos e seus conhecimentos, afinal o homem branco chegou destruindo nossos rios, nossas matas e com isso, também, a destruição dos nossos povos, mas somos índios guerreiros e a luta continua enquanto nós existirmos.

Para isso acontecer temos que nos auto afirmar como indígenas, sem medo de represálias ou até mesmo de sermos motivo de chacota, pois os nossos anciões também sofreram essas agressões verbais e até mesmo físicas, mas não desistiram de lutar, e é por isso que estamos aqui, então nos cabe a tarefa de continuarmos com a tradição e fazer valer a pena cada sacrifício sofrido por eles.

A existência desse currículo nas escolas indígenas é necessária para se expressar as práticas culturais e sociais dessas comunidades específicas. E o referencial do currículo para essas escolas, é todo um conjunto de reflexões do cunho educacional voltado para questões indígenas e para que essa educação escolar venha ser realmente específica e diferenciada, precisa-se adequar-se as peculiaridades de tudo que for referente a cultura da comunidade indígena, e isso envolve todo um corpo escolar, ou seja todos profissionais que atuam nesse ambiente chamado escola, pois além de toda família, as escolas são uma das principais fontes responsáveis por esse ensino diferenciado que visa o objetivo de fortalecer essa cultura que por sua vez é tão linda de se viver, de se admirar, e é muito triste ver os saberes tradicionais indo embora, mesmo sabendo que é de suma importância para dar continuidade a existência de um povo, e com isso percebe-se que essa questão dos valores culturais não terão propagações fora do contexto da realidade dos povos indígenas.

Com a participação direta das famílias indígenas, das comunidades aldeadas e, principalmente, das crianças no ambiente escolar de uma escola indígena, as questões culturais que vão se fortalecendo. Porém é importante que os estudantes indígenas venham se envolver mais na cultura não somente por se envolver ou porque é algo imposto pelo currículo diferenciado numa escola indígena, mas que

seja por pura satisfação, por amor a cultura e principalmente pelo orgulho de se ser indígena.

É preciso que se saiba que não se escolhe ser ou não indígena, que isso faz parte dos sujeitos e que eles precisam escolher se auto afirmar como indígenas. Quando falamos de autoafirmação como indígena isso significa a aceitação do seu pertencimento a um povo tradicionalmente diferente, se orgulhar de viver em um país no qual se é povo originário onde os ascendentes foram os primeiros habitantes desse lugar. Ser indígena é conhecer com afinco a sua história, bater no peito e se orgulhar de que, apesar dos anos e de todas mudanças enfrentadas ao longo dos mesmos, os povos indígenas, não deixaram de ser indígenas. Mesmo com todo sofrimento e com a perda de elementos que fazem parte das culturas indígenas, como por exemplo a língua materna, ainda é possível fortalecer o que ainda se tem e promover uma educação que tenta resgatar o que se perdeu, mas é necessário arregaçar as mangas e ir à luta, pois um dos diferenciais dos povos indígenas é que são um povo de luta, de persistência e é devido a essa persistência que já são mais de quinhentos anos de resistência.

Os que estão lutando para continuar existindo precisam estender essa luta para uma formação escolar a partir de um currículo diferenciado e condizente com a nossa cultura. Por meio desse currículo, abre-se um leque maior para o fortalecimento da cultura dos povos indígenas *tupinakyia* e, conseqüentemente, isso terá uma grande repercussão no meio dos não-indígenas, fazendo-os aceitar e respeitar os diferentes povos indígenas, reconhecendo-os como um povo forte, persistente e que não desistem de seus direitos, que os povos indígenas têm determinação, coragem e vontade de vencer e de continuar com sua existência em comunhão com outros povos.

Isso se faz necessário para fortalecer cada vez mais a cultura e levar adiante a história das nossas origens, mesmo sabendo que nada disso será o bastante contra problemas como a discriminação e preconceito contra os indígenas, crescentes no Brasil. Assim, se auto afirmar e se auto reconhecer, culturalmente como indígena, talvez seja um dos primeiros passos contra o menosprezo daqueles que só

conhecem os indígenas pelas visões românticas ou depreciativas dos livros didáticos, que não traduzem a realidade dos povos indígenas.

Então, partindo dessas e de outras questões, é que se faz necessário um currículo diferenciado na formação escolar indígena o que, certamente, não é um privilégio, porque por muitos anos fomos conduzidos a viver e ver o mundo por meio de um currículo-olhar branco. Como indígenas devemos decidir sobre o que, quando e como aprender, sermos autores-atores do nosso próprio percurso, nosso currículo.

Mesmo com esta e outras pesquisas sobre o currículo da escola indígena, compete ao Estado orientar as mudanças curriculares com vistas a alcançar os objetivos para os quais a educação escolar indígena se propõe. Essas mudanças precisam ser construídas a partir do diálogo com os sujeitos, no caso os indígenas. Então o currículo que, atualmente, colocaram para a educação dos povos indígenas não tem que ser discutido pelos brancos, as várias etnias indígenas têm que assumir a elaboração das políticas educacionais nas aldeias, bem como a administração e supervisão de suas escolas.

A responsabilidade de todas/os as/os envolvidas/os com a educação escolar indígena trabalharem os aspectos da cultura, dando visibilidade aos sujeitos para, então, as comunidades ganharem força e espaço na sociedade, se nas escolas começar a trabalhar com a questão da cultura dando visibilidade aos nossos sujeitos dizendo que nossos estudantes são capazes de estudarem as questões indígenas na escola, de seguir nossas tradições culturais no processo de ensino e aprendizagem, que seguir o currículo do branco não é melhor do que seguir nosso próprio currículo indígena, que não vamos deixar de aprender só porque nossa problemáticas são voltadas para temáticas culturais, de políticas e direitos indígenas e de outra perspectiva de como é contada a história do Brasil.

Pensar um currículo para as escolas indígenas significa criar oportunidades para esses sujeitos serem protagonistas da própria educação, garantindo que seus direitos e culturas sejam respeitados. De acordo com Rezende (2007, p. 174), [...] o

currículo da escola precisa ser um instrumento de valorização dos “saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, tradições e línguas. ”

Para que a escola indígena seja diferenciada, primeiro teria que reformular o currículo da Educação Escolar Indígena trazendo assim a cultura para dentro do currículo levando em consideração as especificidades de cada povo. Pensamos que temos que fazer valer o nosso próprio currículo diferenciado não somente no papel, mas também fazer valer na prática. É importante, porém, ressaltar que, há mais de duas décadas, as aldeias do Município de Aracruz têm discutido o currículo e produzido um ensino a partir de uma reconstrução do mesmo, sob uma perspectiva cultural indígena – que teve sua versão inicial terminada no ano 2000-, porém até o ano de 2022, esse currículo não foi implementado como política pública oficial pela Secretaria de Educação e continua em reformulação e adequação. Segundo o documento¹

Entre os anos de 1996 a 1999 foi realizado o Curso de Formação de Educadores *Tupinakyia* e Guarani graças a uma parceria entre nós Guarani, os *Tupinakyia*, o CIMI, a Pastoral Indigenista, o IDEA, a FUNAI, a SEDU e a SEMED. Através deste curso foi possível a formação de 5 educadores Guarani, que possibilitou a introdução do ensino bilíngue nas escolas das nossas aldeias, que se deu no ano de 1998, com Mauro na EMUI Três Palmeiras e posteriormente, no ano de 1999 com Aciara na EMPI Boa Esperança. Durante um Curso de Formação foi iniciada, por nós educadores, a construção do currículo específico e diferenciado para as nossas escolas. Este currículo que foi concluído no ano de 2000. (p.12)

De fato, o contato com outras sociedades proporcionou aos indígenas conhecimentos sobre o sistema educacional de ensino, desse modo, através dos conhecimentos adquiridos, consegue-se propor mudanças para um currículo

¹ Texto no prelo, enviado por e-mail ao nosso orientador pela professora Andreia Cristina Almeida.

escolar diferenciado indígena ou mesmo seguir lutando por essas mudanças se readequando e reinserindo novas comunidades.

Lutar por um currículo específico para os indígenas não indica que não temos capacidade de apresentar bons resultados dentro do Ensino educacional. Este currículo deveria ser capaz de aglutinar conhecimentos interculturais, pois os estudantes precisam estar preparados para o mundo lá fora, porém, sempre carregando a consciência de sua identidade, de onde vieram, como muitos já fazem quando se formam em universidades dos brancos, voltam para a aldeia para utilizar essa formação em prol do seu povo.

Ao organizarem suas práticas escolares e questionamentos (PARANÁ, 2008) sobre o “que ensinar”, para “quem ensinar” e o “porquê” de se ensinar tais conteúdos, aliados a aspectos como postura em sala de aula maneira de transmitir os conteúdos reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais e organização do espaço escolar, definem a prática educativa do estabelecimento de ensino ou, dito de outra forma, o currículo da escola indígena. Essas questões devem ser pensadas e discutidas com toda a equipe de profissionais da educação, com os pais e com as lideranças indígenas.

O que podemos perceber como mães e participantes ativas nas comunidades indígenas é que as escolas indígenas precisam de atividades específicas voltadas para as práticas culturais indígenas, como por exemplo, jogos indígenas, danças tradicionais, trabalhos com artesanato, a alfabetização e conteúdos voltados à língua indígena, um calendário específico seguindo nossas tradições. É preciso construir um currículo que faça valer essas práticas, pois até o momento, mesmo com as tentativas da promoção de um currículo ainda não oficializado, seguimos o sistema que nos é imposto pelas secretarias municipais de educação. As avaliações estaduais e nacionais que são aplicadas nas escolas indígenas, por exemplo, não condizem com a nossa realidade. As lideranças, cacique e comunidade têm que ser mais presentes na vida escolar, defendendo os interesses da aldeia por uma educação diferenciada.

4. DOIS CAMINHOS: ROSA DE SOUZA PEREIRA E EVELANY PEREIRA

Toda nossa discussão perpassa a cultura que temos, como indígenas, da valorização da nossa história, que há muito era ensinada oralmente. As narrativas fazem parte de um currículo ou percurso de vida que é uma marca dos povos originários. Assim, para que se complete a lacuna da nossa discussão, do porquê discutirmos currículo, do porquê o percurso é tão importante na aprendizagem indígena e, sendo currículo a prescrição de um caminho, mas evidentemente a partir do que já foi caminhando, narramos aqui, nossa passagem por um currículo dentro da nossa formação escolar. Com isso podemos demonstrar os desafios e as possibilidades de resistência dentro de um currículo pelo qual passamos e que não era diferenciado, com ressalvas para as narrativas de nossas professoras, não indígenas, que de alguma maneira, tentaram fazê-lo culturalmente relevante para nós duas, como indígenas *tupinakyia*.



Foto 1: Rosa de Souza Pereira e Evelany Pereira, *tupinakyia*. Atividade da Semana dos Povos Indígenas do Prolind (abril, 2017). Acervo das autoras.

4.1 O CAMINHO DE ROSA TUPINAKYÍA

Num certo dia, no final do ano de 1991, meu pai Manoel Pinto (*in memoriam*), levou meu irmão à escola e eu os acompanhei. Eu tinha 4 anos. Como de costume, meu pai deixou meu irmão na escola e fomos até o posto de saúde da Aldeia marcar uma consulta para minha mãe, nesse momento eu aproveitei para fugir e retornar para a escola, pois também queria estudar.



Foto 2: Manoel Pinto Tupinakyia (1909-2019) – Pai de Rosa de Souza Pereira. Acervo das autoras.

Desse dia recordo-me de uma salinha de madeira, que era um anexo feito para atender o Ensino Fundamental – na época o 1º Grau – da primeira à quarta série. Fui muito bem recebida por duas professoras Tia Penha “Grande”, Tia Penha “Pequena” e Tia Marilene. Certamente, meu pai, quando percebeu o que havia acontecido, logo retornou à escola para saber se eu estava lá e para sua surpresa e meu desespero, eu já estava dentro da sala de aula da Educação Infantil. Ele chamou minha atenção, porém as professoras intercederam em meu favor, pedindo que ele me deixasse ficar. Eu pude ficar para assistir os poucos dias restantes do ano letivo, mas só teria idade para ser matriculada na Educação Infantil no ano seguinte. Lembro-me da tristeza que eu tive, quando no meu primeiro semestre de matriculada, a salinha de madeira teve de ser derrubada por causa das madeiras envelhecidas que não mais se sustentavam em pé.



Foto 3: Formatura, na quarta série, de Rosa Tupinakyia, última da esquerda para a direita. Turma da "Tia Marilene". A formatura foi realizada na Cabana da Aldeia.

Nos mudamos para uma outra sala – que já estava sendo construída – onde, hoje, funciona o CMEI (centro municipal de educação indígena). Nessa nossa ocupação de uma nova sala, percebia o cotidiano da escola e algumas imagens me marcam até hoje como, por exemplo, a das "merendeiras" que levavam a merenda de sala em sala num carrinho de mão, mas em alguns momentos nós íamos até o local da merenda, que era uma oferta precária de leite e biscoito, muitas vezes faltava merenda para alguns. Lembro-me das três "tias" que levavam, muitas vezes, lanches de suas casas, para os estudantes.

Nesse meu início na Educação tive somente professoras não-indígenas, pois na época não havia professores indígenas formados. Iniciei ali, quase junto como a "Tia Pequena" que trabalhou por muitos anos na Educação Infantil na Aldeia Caieiras Velha. Nós achávamos muito interessante, pois ela gostava muito de narrar histórias. Ainda não era formada, fazia graduação em História. Suas narrativas se aproximaram muito daquilo que era cultural para nós indígenas, a oralidade e a narrativa. Algum tempo depois ela passou de contratada para efetiva só saindo

dali, quando muitos indígenas já estavam formados e começara a assumir o lugar de professor indígena para uma escola indígena.

Houveram, também, muitas professoras da Fundação Nacional do Índio (Funai) na nossa escola, mas à ocasião da saída da “Tia Pequena” – que foi a última professora branca a deixar a escola – todas as outras já tinham migrado para cadeiras fora da Aldeia ou para a administração, inclusive a “Tia Grande” que se tornou diretora da Escola em Coqueiral de Aracruz. Teve início então, por volta de 1993, uma característica importante na Educação Indígena *Tupinakyia* de Caieiras Velha, uma ocupação docente representativa para as crianças indígenas.

O tempo passou, da Educação Infantil, já fui para o Ensino Fundamental, porém numa escola fora da aldeia, pois ainda não tínhamos, diferente de hoje, as o Ensino Fundamental própria aos indígenas. Também tive uma passagem de três anos por uma Escola Família Agrícola, a 160km da Aldeia, na cidade de colonização italiana Alfredo Chaves – quando nós indígenas éramos, ainda, considerados camponeses. Era o mais próximo que tínhamos de um currículo diferenciado, porém ainda branco. Nessa escola tive a oportunidade de aprender muitas coisas que considero importantes, que carrego comigo desde então.

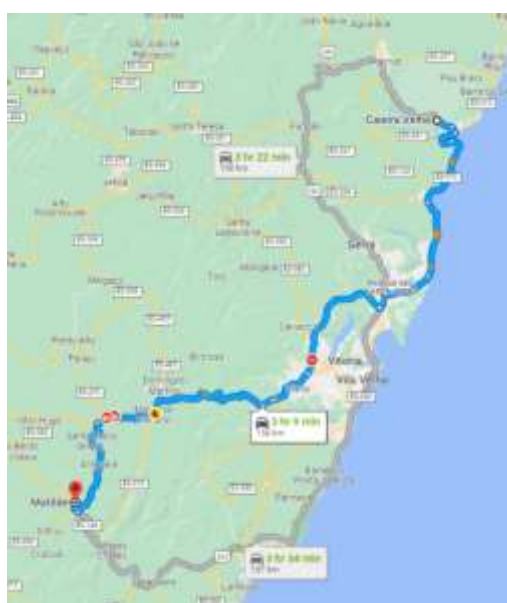


Foto 4: Mapa indicando a distância entre Caieiras Velha e Alfredo Chaves. Fonte: Google Maps.



Foto 5: Escola Família Agrícola Alfredo Chaves. Acervo das autoras.

Com as várias encruzilhadas de um caminho, pausei meus estudos no Ensino Médio, mas não minha aprendizagem. Trabalhei em um lava-jato, casei com quinze anos – o que é comum entre os povos indígenas. Com dezenove anos trouxe ao mundo minha primeira filha, Karolliny. Logo em seguida eu completei vinte anos e então decidi voltar aos estudos, uma vez que percebi a importância de adquirir conhecimento e reorganizar o que eu já havia aprendido. Em 2012 eu concluí o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) numa escola não-indígena, fiz alguns cursos básicos, almejando uma graduação, mas as condições não eram favoráveis: mãe independente, tendo que trabalhar. Então era complicado demais. Nasceu, em 2014, minha segunda filha, Eloah.

No ano de 2015 surgiu a oportunidade de fazer a tão sonhada graduação, pois foi uma luta de muitos anos dos nossos líderes *tupinakyîa* e alguns anciões que já nem se encontram mais entre nós. Ingressei na Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND), pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que tinha como objetivo qualificar professores indígenas que já atuavam na área da educação, porém a quantidade de vagas no curso era maior do que a quantidade de professores, foi então que ampliaram o ingresso para quem já havia concluído o Ensino Médio.



Foto 6: Base Oceanográfica da Universidade Federal do Espírito Santo, onde funciona o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena e o Curso de Oceanografia. Coqueiral – Aracruz/ES. Fonte: <https://tvbrasil.ebc.com.br>.

Uma parte da seleção para o curso era a avaliação por meio de uma redação. Me agarrei à oportunidade, por mim, pelos meus filhos, pelo meu pai e por minha comunidade. Fiz a prova com todos os medos e incertezas, pois estava concorrendo com professores e, por mais que eu me sentisse preparada, alguém poderia estar mais preparada que eu. Mesmo assim fiz a prova e lembro que alguém me perguntou como eu havia me saído na prova, se eu havia ido bem, então eu respondi "são setenta vagas, os outros terão que disputar entre as sessenta e nove que restarão". Pois uma vaga já era minha, e o Senhor me honrou pois realmente uma vaga eu garanti,

Ingressei no curso para a habilitação em Linguagens e aqui estou, escrevendo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com um misto de sentimentos, principalmente por lembrar da minha trajetória, do meu caminho na Educação, pois durante essa trajetória, aconteceram coisas boas, ruins, desânimos, vontade de desistir, enfim tantos desafios e no meio desses desafios, já na graduação, nasceu o meu terceiro filho, Noah. Confesso não ter sido fácil, mas me lembro do que meu

pai sempre dizia para mim e para meus irmãos “estudem, pois quando eu morrer não tenho nada para deixar para vocês, a não ser o incentivo para vocês estudarem”. Esse foi, certamente, o seu legado. Ele sempre quis que um filho fizesse “*faquidade*” e sempre dizia que eu precisava ter “*leitchura*”. Hoje ele não se encontra mais entre nós, não irá me ver formando na tão sonhada “*faquidade*”, mas ele foi fundamental nessa conquista.

Foram várias frentes de trabalho para que eu caminhasse até esse ponto. Meu pai, que sempre batalhou para que eu trilhasse até aqui, à maneira dele, atento a tudo que envolvesse os meus estudos, desde quando eu precisei estudar fora da Aldeia e perdi o ônibus no primeiro dia de aula e no dia seguinte ele fez questão de me levar ainda escuro, de madrugada, para esperar o ônibus e eu aprender a ter responsabilidade e compromisso. Desde seu compromisso com matrícula, reuniões de pais, conversas com professores sobre meu comportamento, mesmo quando elogiada ainda dizia que era pouco. Ele rompeu o currículo e a cultura de exclusão escolar pela qual ele passou, por isso fez tudo para que a maioria dos seus mais de vinte filhos conseguissem estudar. Morreu aos 109 anos tentando cumprir essa tarefa, seu legado.

Atualmente penso em novos caminhos, novos percursos, e parece mesmo que tudo começa agora que estou cumprindo parte do que ele sonhou para mim, terminando uma graduação, criando meus filhos e trabalhando de gari, pois é desse trabalho que eu tiro o meu sustento. Meu desejo, hoje, é de me formar trabalhar na Educação, não para ser melhor nem pior que qualquer outro professor ou profissional – mas para lembrar do meu caminho e contribuir para uma Educação Indígena com caminhos diferenciados para meus estudantes.

4.2 O CAMINHO DE EVELANY TUPINAKYÏA

Nasci e cresci na Aldeia de Caieiras Velha. Estudei na escola indígena da minha aldeia, desde a Educação Infantil até a 3ª série (do 1º Grau), com professoras não-indígenas, pois na aldeia não tínhamos professores indígenas atuando, pois ainda estavam em formação.

Recordo-me que essas professoras foram muito importantes na minha vida escolar, tanto a Tia Penha “Grande” como a Tia Penha “Pequena”. Mesmo não sendo indígenas elas sempre buscavam trabalhar a cultura indígena em sala de aula, tinham muito respeito por nossa cultura. Quando fui para a 1ª série, a professora também era uma não-indígena, da 2ª até a 3ª série, estudei de novo com uma professora não-indígena a Tia Marilene, essa professora era casada com um indígena da etnia *krenak* que, na época, trabalhava na Aldeia como motorista da ambulância.



Foto 7: à esquerda “Tia Penha Pequena”, centro: Evelany Tupinakyïa e à direita “Tia Penha Grande”.

Tia Marilene também foi muito importante na minha vida escolar, o jeito que ela tratava nos seus alunos era diferente, sentíamos seu amor e cuidado, fora que aprendemos muito com ela. Ela via as dificuldades que passávamos na aldeia, então ela sempre estava fazendo várias atividades diferentes. Lembro-me que era

muito raro quem tinha televisão na aldeia, naquela época, então ela fez um cinema na escola com a televisão da casa dela para nos proporcionar.

Os planos de ensino dela tinham foco nas questões culturais indígenas, recorde-me de um livro que produzimos juntos (1999), em sala de aula, chamado “O caranguejinho do mangue”, elementos muito presentes na cultura *tupinakyã*. Infelizmente ela não conseguiu recursos para publicar. As nossas idas ao mangue e ao taboal eram frequentes, depois desenvolvíamos várias atividades em sala de aula.



Foto 8: Taboal utilizado para a fabricação de tangas e cocares *tupinakyã*. Helena Coutinho fazendo a colheita da taboa. Acervo das autoras.



Foto 9: À esquerda estudante com tanga de taboa, à direita Evelany Tupinakyîa com tanga de embira. Acervo das autoras.

Na 4ª série chegou à escola uma professora indígena, foi meu primeiro e único ano nas séries iniciais estudando com uma professora indígena, já que a escola atendia somente da 1ª à 4ª série. Esse ano foi, particularmente, difícil para nos adaptarmos à nova professora, mesmo que ela nos conhecesse e pertencesse à aldeia. Tínhamos laços fortes com a professora Marilene, mas ela sempre nos ajudava a entender a ideia da importância de que os professores indígenas começassem a ensinar nas escolas das Aldeias. Eu entendi que os professores indígenas estavam estudando para assumir um lugar na educação indígena e que já era resultado de uma luta antiga. Com essa nova professora aprimorei muito meus conhecimentos e meu entendimento sobre a cultura *Tupinakyîa*.

Sem uma escola para as séries finais do Ensino Fundamental fui, na 5ª série, para uma Escola Família Agrícola chamada São Bento do Chapéu, localizada no município de Domingos Martins (a 130km de distância), uma região do Estado de colonização proeminentemente branca-alemã. Essa escola foi paga pela

Fundação Nacional do Índio. Estudei durante dois meses, porém, por falta de verba – o que nos alegaram na ocasião –, eu e outros indígenas tivemos que sair dessa escola e eu passei a estudar na escola Primo Bitti, no município da nossa Aldeia, porém em área urbana.

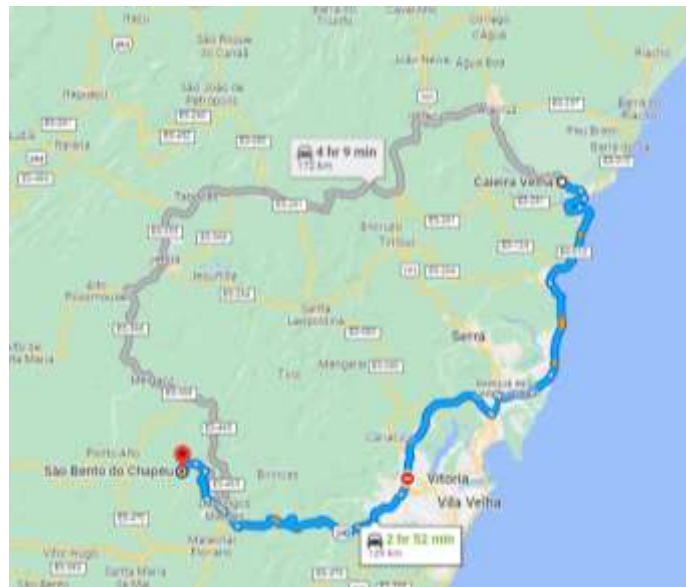


Foto 10: Mapa indicando a distância entre Caieiras Velha e São Bento do Chapéu. Fonte: Google Maps.



Foto 11: Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu. Acervo das Autoras.

Prosegui na escola Primo Bitti até o final do Ensino Médio. Confesso que foi muito difícil, no começo, tanto na Escola Família Agrícola, quanto na Escola Primo Bitti, pois existia muito preconceito por parte dos outros estudantes quanto aos indígenas e o currículo era totalmente diferente do que eu estudava na Escola Indígena. Meu desconforto com essa situação não mediada pela escola culminou na minha quase reprovação indo eu, na 5ª série, para uma espécie de “provão final”, pois eu não conseguia entender bem os conteúdos e a forma como eram ensinados. Recorri à minha antiga professora “Tia Marilene” que nunca mediu esforços para me ajudar com aulas de “reforço”, então consegui recuperar a nota. Mas esse foi só o começo de grandes desafios enfrentados, ao longo dos anos, em escolas não-indígenas. Não desisti de concluir meus estudos na Educação Básica.

Sempre desejei ser professora, mas pelas condições financeiras era um desejo que me parecia distante de ser alcançado. Foi então que em 2015 tive a oportunidade de participar do vestibular para o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para formação de professores indígenas nas aldeias, no qual fui aprovada.

Iniciei minha caminhada como professora no ano de 2018. Fui professora regente da turma do 3º ano do Ensino Fundamental na Emefi (Escola Indígena) Caieiras Velhas, localizada na minha aldeia, mesmo não tendo concluído o curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Por não ter experiência foi muito difícil no início, pois era tudo muito novo não conhecia a fundo sobre a Educação Escolar Indígena, mas tive apoio do corpo docente e da gestão escolar. A escola faz uso, em seu planejamento, como referências curriculares a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo do Estado do Espírito Santo e as Diretrizes Curriculares do Município de Aracruz, mas o material mais utilizado, não oficializado, é a proposta de “Currículo Específico e Diferenciado” que vem sendo construída ao longo dos últimos vinte anos pelos tupiniquins e guaranis. Ele tem como pano de fundo a história do povo Tupinakyîa, que sugere como conhecimento específico a ser ensinado, no Ensino Fundamental, a nossa cultura com os saberes tradicionais transmitidos pelos anciãos da aldeia, dando ênfase em nossa realidade.

Mesmo as escolas indígenas tendo uma “problemática indígena” ou um “tema” a ser estudado a cada ano e mesmo fazendo uso dessa problemática e tema, a meu ver, não considero essa ação como um currículo diferenciado, tal qual indicado em pesquisas e em políticas educacionais nacionais indígenas, já que a escola também segue o currículo branco imposto pela BNCC e pelas redes municipais de ensino.

A falta de materiais didáticos específicos voltado para a cultura *tupinakyia* é um exemplo disso, a falta de concursos direcionados a professores indígenas é um outro problema a ser vencido e, também, o silenciamento das comunidades e professores indígenas junto à administração municipal acaba num esfriamento do apoio dos pais, da comunidade, das lideranças indígenas na educação escolar. A organização do currículo não é apenas de responsabilidade de professores e gestores da escola, mas de todos os envolvidos que lutam pela educação escolar indígena diferenciada e que só poderá ser garantido quando estabelecido, em regulamentação, por políticas educacionais específicas para as Escolas Indígenas.

Em 2021 fui chamada para atuar como professora de Ensino Fundamental 1, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena *Arandu Retxakã*, na aldeia três Palmeiras de etnia Guarani. Ali trabalhei com turmas multisseriadas de 4º e 5º ano e também fiz extensão de carga horária nas disciplinas de Arte e Educação Física, que fazem parte da minha habilitação na Licenciatura Intercultural Indígena. As turmas foram assumidas no segundo semestre, pois a professora regente, da etnia guarani, ter se afastado por licença maternidade e não ter nenhum outro professor da aldeia para assumir. Foi um período bastante desafiador, por ser uma etnia diferente, com uma língua e costumes diferentes. Quando assumi as turmas a adaptação dos alunos comigo levou um tempo pelos mesmos motivos, o que os deixavam bem tímidos e com pouca interação não falavam. Em relação ao currículo específico da aldeia, tive dificuldade em trabalhar alguns conteúdos por ser muito voltado para pesquisas de campo, como no momento estamos em tempos de pandemia não foi possível realizar as atividades de pesquisa propostas do currículo.

4.3 AS PROFESSORAS NÃO-INDÍGENAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE DE DUAS PROFESSORES INDÍGENAS

Passamos por um caminho formativo significativo e com influências, nesse percurso, para nossa decisão de hoje nos tornarmos professoras indígenas para atuar em escolas indígenas que, ainda, mesmo com muitos esforços, não produzem um currículo diferenciado, oficializado, para a educação dos estudantes indígenas.

Parte desse caminho foi uma experiência muito interessante e importante, pois estávamos sendo ensinadas por professoras que conheciam nossa realidade por meio de livros, convivência, estudos, entre outros, mas não estavam ligadas, diretamente, à nossa realidade e ao nosso cotidiano, o do nosso currículo vivido.

Elas, as professoras que participaram da nossa formação, por terem uma compreensão sobre currículo para além das prescrições, vieram de um modo que nos ensinaram muito, mas também aprenderam muito conosco, como elas mesmas citam. O que muito nos chamou a atenção foi o fato de que elas queriam aprender mais sobre nós e nosso povo *tupinakyia*, pois já sofríamos desde as invasões. Nos lembramos delas procurando os anciões da aldeia, pois eram os que mais sabiam da realidade do nosso povo, pois elas tinham que nos ensinar, mas precisavam saber da nossa realidade, para nos ensinar o que era mais importante para nós, o que nos era caro e sagrado, então elas foram aprendendo com os mais velhos para ensinar para os mais novos, pois elas perceberam que nós crianças, sabíamos pouco sobre nós mesmas.

Essas professoras utilizaram muitos dos nossos costumes para nos ensinar. Brincadeiras e jogos, muito comuns entre as crianças da aldeia, eram levadas para dentro da escola. Falavam das plantas, dos objetos e uma alfabetização sempre voltada para questões indígenas.

Atualmente, a “tia Grande”, a “tia Pequena” e a Tia Marilene fazem parte do nosso núcleo comunitário e familiar, pois por sentirem tanto amor por nós indígenas, principalmente Tupinakyia, elas são sempre convidadas para eventos dentro da aldeia ou fora dela, eventos esses que os estudantes as convidam. Um ensinamento

que elas nos deixaram, foi o amor ao próximo, isso independentemente de classe, cor ou religião, pois elas tinham um carinho e um amor tão especial por nós que nos deu força para prosseguir, mesmo sabendo que sempre encontraríamos pessoas dispostas a nos depreciar por sermos indígenas, mas que também encontraríamos pessoas assim como elas, que nos respeitariam independentemente de sermos indígenas, que contribuíram de forma carinhosa para que hoje, nós, pudéssemos chegar a uma graduação, não sabemos se por influência dela, na área pedagógica. Talvez pela forma que elas nos ensinaram, é que hoje fizemos essa escolha de seguirmos como professoras.

Reencontramos nossas professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental, enquanto revisitamos nossos caminhos para chegar à graduação, elas nos concederam uma entrevista quanto a visão delas sobre a Educação Indígena e seu currículo. Eis seus relatos:

4.3.1 TIA PENHA GRANDE

“Em 1990 eu, Penha Cristina Rampinelli Leco, conhecida como Tia Penha Grande pelos alunos tupiniquins, efetivei-me na escola da Aldeia Caieiras Velha para trabalhar com o pré-escolar – atual Educação Infantil. Foi uma experiência maravilhosa, o ‘pré’ funcionava em uma sala anexa à escola de primeira à quarta série. Era uma sala de madeira, eu trabalhava com as crianças das idades de 4,5 e 6 anos. Muito aprendi com as crianças indígenas sobre a cultura dos índios tupiniquim e eu mesclava com os conteúdos curriculares que a Secretaria de educação enviava, mas nunca perdemos a oportunidade de que eles compartilhassem sua vivência deles e também contávamos nossas histórias. Sentíamos muito pela discriminação pela qual os indígenas sofriam, mas nós sempre incentivamos a aprenderem e valorizarem sua cultura. No recreio fazíamos uma roda de congo com os pequenos, o aluno Wesley representava o capitão do congo, ou seja, aquele que comandava os outros pequenos na dança. O senhor Alexandre que era uma pessoa muito importante na comunidade – e sempre atendia o nosso chamado – brincava também com a dança do congo e ensinava várias músicas indígenas e muitas brincadeiras referente à cultura tupiniquim. Gostávamos muito de ouvir a experiências dos alunos, não somente sobre a

escola, mas também do seu convívio familiar. Eles falavam sobre o mangue, de onde os pais tiravam o sustento da família, as famílias e os estudantes nos levavam para visitar o mangue. Quando nascia um bebê, todos falavam na escola e, então, íamos visitá-lo. Nos contavam várias lendas indígenas que escutavam dos pais, os próprios pais nos ensinavam alguns remédios caseiros e muitas outras coisas lindas e, com isso, também sempre os incentivávamos para que essa cultura nunca acabasse. Nas festas culturais participávamos com os alunos, eles sempre apresentavam danças da cultura tupiniquim. Fazíamos o nosso planejamento semanal, mas às vezes precisávamos mudar porque achávamos muito mais interessante o incentivo à cultura deles, ensinávamos os nossos conhecimentos, mas aprendemos muito mais com os nossos pequenos. Trabalhei na aldeia até o ano de 2000, foram muitas trocas de experiências. Amei fazer parte dessa família tupiniquim e fiquei muito feliz em fazer parte desse momento, dessa entrevista. Obrigada às alunas Evelany e Rosa pelo carinho, muito sucesso para vocês que Deus as abençoe, eu fico muito feliz em saber que tenho um pouquinho de contribuição e participação na vida e na história de vocês.

4.3.2 TIA PENHA PEQUENA

No ano de 1991, eu Maria da Penha Fernandes Pimentel da Gama, conhecida como “Tia Penha Pequena”, pelos alunos tupiniquins, iniciei meu trabalho na aldeia de Caieiras Velha como professora de Educação Infantil. Neste ano trabalhei como contratada. Em 1992 eu prestei concurso, passei e fui efetivada, trabalhei até 2003 na aldeia, a minha saída se deu quando da formação de professores indígenas, pois até então não tinha professores indígenas, só tínhamos a Leila Barbosa que estava iniciando como professora indígena e, naquele ano de 2003, as professoras da Funai – Fundação Nacional do Índio, já tinham ido para a parte administrativa. As outras professoras brancas já tinham escolhido suas cadeiras fora da aldeia e eu fui a última professora branca a deixar aldeia. O motivo da minha saída foi justamente para que os professores indígenas ocupassem os seus lugares de direito.

A nossa rotina com os alunos indígenas era bem cultural e diversificada. Lembro-me que, em certa ocasião, fizemos uma brincadeira lúdica sobre construir uma casa, então perguntei para uma das alunas se ela não ia fechar a porta da casa, ao que a estudante respondeu

“Somos índios, não temos problema em deixar a porta da casa aberta”

Então comecei a entender o porquê de a escola não ter muros, das casas da aldeia não serem cercadas. As crianças indígenas tinham a liberdade de pegar frutos em qualquer quintal, de qualquer uma das casas na aldeia e eu os questioneei, afinal porque na visão do branco não se entra no quintal de ninguém para pegar algo, a menos que o dono da casa lhe dê autorização para isso. Na aldeia era muito diferente, a diferença era que as casas não eram cercadas e havia essa liberdade, certamente com todo respeito e um consentimento coletivo e cultural, isso me deixou muito impressionada, pois fora da aldeia, dificilmente um branco deixa alguém entrar no seu quintal.

A escola não era cercada, mas o tinha o pátio que era muito grande, porém era delimitado com alguns mourões e, as crianças, sempre tinham uns grupos separados, mas as vezes faziam brincadeiras juntas. Houve um desses momentos de brincar todos juntos que eu percebi que uma aluna estava encostada na parede com os braços abertos e os olhos fechados, então eu me aproximei e perguntei se ela queria que eu fizesse uma cama, para que ela pudesse se deitar e assim poder brincar de dormir. Ela respondeu que não estava dormindo, ela estava brincando de Jesus crucificado na cruz e que ele estava morto, então no desenrolar da brincadeira, Jesus ressuscitou e para comemorar eles fizeram um churrasco e foram inventando várias coisas nessa brincadeira. Eu usei essa brincadeira como atividade, onde as crianças puderam desenhar, pintar e contar a história. Lembro-me também que, naquele ano, os estudantes fizeram um livrinho e tiveram muito êxito nos ensinamentos. Realizávamos visitas pela aldeia, como participação em festas tradicionais, visitávamos até mesmos os bebês recém-nascidos, certamente respeitando o dia que podia-se visitar, pois seguimos a tradição de que até o sétimo dia de vida do neném, ele deve ficar guardado e somente as pessoas da casa, como pai e mãe, que podem vê-lo. E os pais ajudavam muito com relação as experiências que eles passaram, principalmente com relação as invasões que sofreram, por parte de algumas empresas.

Então, além de sermos professoras, fomos criando uma ligação muito forte com os alunos e a comunidade e, até hoje, depois de nossos alunos crescidos e com filhos casados, nós continuamos sendo as "Tias Penha Grande e Penha Pequena" que, com muito carinho, fomos apelidadas.

Trabalhar com os indígenas foi uma experiência maravilhosa eu fui muito bem acolhida, bem como minha amiga e também professora Penha Leco. Nós começamos a trabalhar com muita força de vontade, com muito amor e recebendo muito amor.

Eu costumo dizer que em Caieiras Velha é um lugar que eu muito aprendi, aprendi com eles a compartilhar, aprendi com eles o perigo da destruição e a beleza da preservação do mangue, aprendi a amizade, a simplicidade e, ali, fui fazendo também grandes amigos.

Gostaria de agradecer as minhas ex e sempre alunas Rosa e Evelany pelo convite que muito me emocionou. Fiquei muito feliz por vocês terem escolhido como profissão a educação. É uma profissão maravilhosa que cria elos eternos, fazemos momentos para lembrarmos deles com felicidades, no futuro, e depois somos a profissão das profissões. Então vamos em frente Tia Pequena ama vocês e continuo torcendo para que cada vez mais vocês cresçam espiritualmente e profissionalmente.

4.3.2 TIA MARILENE

Em 1991 eu, Marilene Costa comecei a trabalhar na aldeia indígena de Caieiras Velha, Aracruz -ES como professora de séries iniciais. Foi um aprendizado incrível. Como morei dentro da aldeia – por ser casada com um indígena – a troca de conhecimento era diária com as crianças, jovens e adultos.

Aprendi que na Educação Indígena professores e alunos desempenham uma troca constante de saberes, diariamente. A escola é a extensão da família, da aldeia e vice-versa. A aprendizagem é contínua e prazerosa. Com os meus alunos aprendi a amar e ser amada. Aprendi também que esse amor, que construímos lá atrás ainda se perpetua até os dias de hoje. Ao retornar para a aldeia vejo que a semente que ajudei a semear e que, os outros professores, regaram, estão dando os frutos maravilhosos. Muitos, até dando continuidade ao trabalho na Educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse exercício narrativo e de memória, apresentado aqui no nosso trabalho de conclusão de curso, conseguimos perceber que nossa escolha pela formação docente, específica para as escolas indígenas, tem muito da relação de pretendemos um currículo diferenciado que nos foi negado. Reconhecemos a falta

de um currículo que se alinhasse mais às questões culturais *tupinakyîa* das quais sentimos, nessa revisitação, falta nos nossos caminhos pela escola.

Dois caminhos diferentes aqui se cruzaram, mas com muitas aproximações. Passamos por uma escola “para” indígenas nas séries iniciais, porém com professores brancos e sem os aspectos da nossa cultura, salvo nas iniciativas de algumas professoras brancas que tentavam compreender essa cultura. Depois seguimos por uma escola de Pedagogia da Alternância, sendo consideradas camponesas na Educação do Campo, o que não condiz com a relação entre os povos indígenas e a Educação. Na sequência atravessamos por um Ensino Médio, dito regular e, no caso da Rosa *tupinakyîa*, por uma modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ambas com um currículo totalmente branco.

A educação indígena e, ainda com um currículo diferenciado sendo discutido e construído, só nos alcançaram quando, agora, como licenciandas em Educação Intercultural Indígena, passamos a integrar estágios supervisionados e atuar como professoras de caráter temporário nas escolas das aldeias.

Apenas no nosso processo de formação docente, começamos a compreender o currículo como um caminho além daquele modo que nos foi apresentado nas escolas: uma lista de conteúdos do que devemos ensinar e aprender. Hoje – e com esse trabalho de conclusão de curso – entendemos que currículo é toda a nossa trajetória, é todo o nosso percurso, com todas as interferências culturais, sociais, familiares, entre outras.

Talvez, agora, consigamos responder à nossa questão investigativa de como o currículo nos faz entender “como é e o que é ser” uma professora em formação na Licenciatura Intercultural Indígena, tendo passado por um currículo escolar sem uma perspectiva cultural da nossa etnia. Para o “como é ser” podemos dizer que é um desafio, porém, conseguimos perceber a falta que um currículo diferenciado e cultural fez na nossa formação. Para o “o que é ser” podemos dizer que é ser visibilizado e potencializado nos nossos modos de ensinar e aprender que,

necessariamente, não precisam ser diferentes dos brancos, porém precisam conter conhecimentos e cultura *tupinakyã*.

Partindo de uma revisitação aos nossos dois caminhos, aos nossos currículos vividos na educação, então poderemos prosseguir nesse caminho, porém agora, decidindo novas direções.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARANÁ. Reflexões sobre as questões indígenas no currículo. Secretaria de Educação do Paraná, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, Justino Sarmiento. Escola Indígena Municipal Ԡtãpinopona - Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka. 17 de fevereiro de 2007. 371 p. Dissertação – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS – 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org). Saberes e incertezas do currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SECCHI, D; PRATES, E. L. Currículos interculturais para escolas indígenas: novos desafios. Revista Pedagógica Chapecó, v. 17 n. 34, p. 117-132, jan/abr. 2015.

SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.